Guardiãs de Sementes do Paraná

Terra, alimento e preservação da vida pelas mulheres



Sobre a ReSA

A Rede Sementes de Agroecologia - ReSA nasce no ano de 2015 como um espaço articulador e organizativo das iniciativas que dizem respeito às sementes no estado do Paraná, dando maior visibilidade e capacidade política de enfrentamento às diversas ameaças enfrentadas.

A Rede tem como objetivo fortalecer a agroecologia como modelo para a produção de alimentos, garantindo uma maior autonomia às famílias produtoras e consumidoras, promovendo o conhecimento e a multiplicação das variedades e das experiências.

A ReSA é esse espaço no Paraná, que pretende congregar guardiãs e guardiões, movimentos sociais camponeses e de comunidades tradicionais e organizações que lutam pelos direitos dos povos sobre as sementes.

Você pode contatar uma das organizações que fazem parte da ReSA atualmente, que são: ABAI, ASSESOAR, AOPA, AS-PTA, Rede Ecovida, CPT, CAPA, MST, Terra de Direitos, Instituto Contestado de Agroecologia, Coletivo Triunfo, Centro Ecológico Terra Viva, Coletivo de Jovens de São João do Triunfo, Fecoqui-PR, Grupo Terra Jovem, Terra Indígena Pinhalzinho, Terra Indígena Laranjinha, Terra Indígena Ywy Porã e UEPG-LAMA.

Você também pode nos encontrar nas redes sociais (instagram e facebook). Basta pesquisar "Rede Sementes da Agroecologia: ReSA" e nos acompanhar por lá. Sempre postamos o calendário regional de festas e feiras de sementes.

GUARDIÃS DE SEMENTES DO PARANÁ
Terra, alimento e preservação da vida pelas mulheres

Realização: Rede de Sementes da Agroecologia - ReSA
Autoras dos textos: Emma Siliprandi, Geani Paula de Souza, Islandia Bezerra, Janete Rosane Fabro, Lizely Borges, Luiza Damigo , Naiara Andreoli Bittencourt, Neltume Espinoza e Talita Slota Kutz
Coordenação: Rede de Sementes da Agroecologia (ReSA)
Organização: Terra de Direitos
Revisão: Silmara Kreiner Vitta
Projeto gráfico e diagramação: Ana Luisa Dibiasi
Apoio: Heinrich-Böll-Stiftung

Março – 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guardiã de sementes do Paraná : terra, alimento e preservação da vida pelas mulheres / organização Terra de Direitos ; coordenação Rede Sementes da Agroecologia. -- 1. ed. -- Curitiba : Terra de Direitos, 2021.

Vários autores.
ISBN 978-65-992541-2-3

1. Agroecologia 2. Biodiversidade 3. Comunidade - Desenvolvimento 4. Meio ambiente - Preservação 5. Mulheres na agroecologia : Paraná (PR) 6. Rede Sementes da Agroecologia (ReSA) 7. Sementes - Armazenamento 8. Sementes - Germinação 9. Sementes - Produção I. Terra de Direitos. III. Rede Sementes da Agroecologia.

21-56925 CDD-306.089

Índices para catálogo sistemático:

1. Produção de sementes nativas : Saberes e experiências 306.089

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sobre o que tratamos nesta prosa

Apresentação 05

Sementes, solidariedade e Sororidade 06
Emma Siliprandi

Mulheres e Agroecologia. Semente que se transforma – em outras relações com a diversidade 09
Janete Rosane Fabro, Talita Slota Kutz, Geani Paula de Souza

Mulheres e Sementes. Semente que se transforma – em vida 13
Janete Rosane Fabro e Neltume Espinoza

Direitos e Legislação. Direitos para as guardiãs são as sementes crioulas livres! 18
Naiara Andreoli Bittencourt

Contaminação genética. A semente-alimento e a semente-mercadoria: milho transgênico na minha roça, não! 26
Naiara Andreoli Bittencourt

Auto-organização. Movimentos de trabalhadoras rurais: a autonomia de decidir o que cultivar, como produzir e estar em rede 31
Luiza Damigo

Guardiãs urbanas. Guarda das sementes nas cidades: contextos territoriais e convergências no espaço urbano 36
Luiza Damigo

Políticas Públicas e guardiãs. "Elas": As mulheres, as sementes e as políticas públicas construindo a Soberania Alimentar e transformando vidas no Paraná 44
Islandia Bezerra

Apresentação



“Meu pai guardava sementes. A gente aprendeu com o pai a guardar sementes. Era criança e o pai fazia isso. A minha semente é pura. Nasci e me criei aqui, nesta terra. Ainda estou na luta pela nossa terra e pra gente comer o que a gente planta.” É assim que a guardiã quilombola de sementes Rosilda Vani dos Santos, a Dona Vani, se apresenta. Residente na Comunidade Serra do Apon, em Castro (PR), Dona Vani segue firme e resistente – aos 75 anos – numa luta de uma vida toda pelo direito ao território tradicional, à alimentação saudável e à autonomia campesina pelo direito de plantar, em seu alto zelo e compromisso com a terra, as sementes e os conhecimentos passados de geração em geração.

Mulheres, guardiãs, agrobiodiversidade, luta, resistência e direitos. Essas são as linhas materializadas em luta por mulheres como Dona Vani, que conduzem e tecem a narrativa desta publicação.

Com reflexões elaboradas por mulheres de diferentes organizações que se encontram em torno da Rede Sementes da Agroecologia (ReSA), este material é destinado para guardiãs, pesquisadoras, universidades, organizações sociais e toda sociedade que se mostra interessada em preservar esses conhecimentos e a agrobiodiversidade e valorizar um trabalho essencial, e muitas vezes anônimo e pouco reconhecido, de mulheres urbanas, do campo, e da floresta, de diferentes gerações, em selecionar, produzir, armazenar, preservar e adaptar sementes crioulas. São mulheres que resistem a um modelo de agricultura violento que se impõe contra o meio ambiente, contra a saúde e a soberania alimentar dos povos. Mulheres agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

Os textos abaixo são um ponto de partida para reflexão e ações que devem necessariamente envolver mais mulheres e homens para provocar a pensar e transformar coletivamente o consumo e o modelo de produção, a exigir programas de apoio e estímulo à produção de alimentos de natureza agroecológica e a valorizar quem garante o alimento saudável nas mesas brasileiras.

A mirada para as sementes e as guardiãs envolve múltiplas dimensões. Este material busca abordar agroecologia, direitos e legislação, guardiãs urbanas, auto organização, contaminação genética e políticas públicas. Traz ainda receitas de alimentos, medicamentos naturais e cuidados com a saúde e meio ambiente para animar novas práticas.

Ótima leitura!

Sementes, solidariedade, sororidade

Por Emma Siliprandi

Quando recebi o convite para fazer uma apresentação a esta publicação, imediatamente me vieram à mente dois excelentes trabalhos acadêmicos que, de diferentes formas, discutem a importância do trabalho das mulheres na conservação de sementes tradicionais, um tema sistematicamente ignorado pela pesquisa científica e pelo público em geral. Penso que vale a pena compartilhar esses textos, pois nos ajudam a pensar as experiências contempladas nesta publicação.

O primeiro deles é um livro da jornalista e pesquisadora da Unicamp, Márcia Tait, chamado Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina, publicado em 2015[1].

Márcia mostra a ação política dos movimentos de mulheres rurais contra as grandes multinacionais de sementes, nesses dois países, e situa essa ação no contexto de uma disputa (desigual) pela hegemonia entre diferentes formas de conhecimento. Por um lado, temos a tecnociência a serviço das grandes corporações do agronegócio, representada pelas sementes transgênicas; e, por outro, o conhecimento construído por essas mulheres ao longo de décadas, representado pelas sementes crioulas.

Ela mostra que as sementes crioulas não são um simples produto da natureza. São uma "tecnologia", também criada pela ação humana, no caso, pelas experiências camponesas, pelas mentes e mãos dessas pessoas, que as plantaram, observaram onde se adaptavam melhor, as cuidaram, trocaram com vizinhas, conversaram sobre as vantagens e desvantagens de cada uma, sua produtividade, sua resistência, o sabor da comida, o tempo de cozimento. As sementes, assim "criadas" e reproduzidas, são geradoras de vida, reforçam laços comunitários, enriquecem a biodiversidade e contribuem para uma maior resiliência dos agroecossistemas. Não são uma coisa do passado, são fruto de anos de "pesquisas vivas" que vêm sendo constantemente feitas por esses grupos sociais, baseadas nos valores que os orientam, que são a reprodução da vida e a conservação do meio ambiente.

Para as empresas de biotecnologias, entretanto, a situação é totalmente diferente. As sementes são produtos artificiais, fabricadas em laboratórios, a partir de conhecimentos privatizados, para a obtenção



privada de lucros. São mercadorias como quaisquer outras nos mercados capitalistas. As consequências sociais e ambientais do uso desse tipo de sementes – maior uso de pesticidas e fertilizantes químicos, degradação dos solos, problemas de saúde, dependência das famílias produtoras a empresas externas, endividamento com bancos – tudo isso são "externalidades" que não entram na conta da produtividade ou rentabilidade a que as sementes estão associadas.

O segundo trabalho que me veio à mente é a tese de doutorado da engenheira agrônoma Inês Burg, defendida na UFSC, em 2017 [2], sobre a **conservação de sementes de milho de pipoca feita por agricultoras familiares do Oeste de Santa Catarina**. Inês faz um trabalho minucioso de registro das variedades que eram utilizadas na região, mostrando a sua diversidade, as ameaças que sofriam de desaparecimento, quem eram as pessoas responsáveis pela sua manutenção e o que as motivava a continuar esse trabalho. Para além do estudo técnico, a pesquisadora nos oferece um olhar de admiração e respeito pela teimosia dessas mulheres na conservação dessas espécies.

Afinal, a pipoca não é necessariamente um produto "importante" para a renda familiar. É cultivada para ter algo a oferecer "aos netos, às visitas". Mas contribui para a variedade das dietas, para a reprodução de outras espécies de milho, e a simples existência dessas sementes significa em si uma riqueza para a humanidade.



Novamente vemos que é o trabalho humano, o engenho, a inteligência e a determinação dessas mulheres que faz com que essa biodiversidade seja mantida. Insistimos: não é por acaso, não é algo "natural", é algo realizado por pessoas concretas, que investem nessas atividades tempo e energia, porque estão convencidas de que tudo isso vale a pena.

Pensei em trazer esses dois trabalhos aqui porque apresentam questões que estão por trás das experiências mostradas nesta publicação. Mais uma vez, vemos mulheres se mobilizando, através de redes de distribuição de sementes, para ajudar a mudar as condições de vida de outras pessoas. Para que essas pessoas possam se alimentar melhor em tempos de pandemia. Para que tenham o que plantar, não só comida, mas também plantas medicinais, temperos, chás.

A palavra chave aqui é **Solidariedade**. Não é uma palavra qualquer, tem um significado enorme. Solidariedade rima com Humanidade. E, neste caso, também com Sororidade, com mulheres que pensam no bem-estar de outras mulheres, que se põem no seu lugar e sentem que podem e devem ajudar. Mas essas ações não eximem o estado das suas obrigações. Mostram o que poderia e deveria ser feito, se houvesse

vontade política para isso. Nesse sentido, também são uma "tecnologia social" carregada de significado político.

Essas mulheres estão mostrando como a humanidade poderia ser melhor. Usando o seu conhecimento, suas capacidades e sua determinação, dão exemplos de que é possível cuidar do ambiente e das pessoas ao mesmo tempo, sobretudo em tempos difíceis. É um discurso e uma prática muito potentes. Oxalá essas experiências se multipliquem, pois temos muito o que aprender com elas.

Emma Siliprandi
Roma, outubro de 2020

Emma Siliprandi é pesquisadora social há muitos anos engajada na construção de uma agroecologia feminista. Desde 2013 está vinculada à FAO, tendo trabalhado em diferentes países em projetos de segurança alimentar, apoio à agricultura familiar e agroecologia.

[1] *O livro de Marcia Tait pode ser obtido gratuitamente neste endereço: http://www.librum.com.br/elasdizemnao/info/.*

[2] *A tese de Inês Burg pode ser consultada neste endereço: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185617.*



RECEITA

Cuscuz de pupunha com torresmo

Luzinete Souza Oliveira – Antonina/PR

INGREDIENTES:

- 5 dentes de alho picados
- 2 cebolas média picadas
- 3 colheres de óleo (sopa)
- 1 pitada de coloral
- 2 pupunhas picadas
- 1 kg de torresmo
- Farinha de milho
- Cheiro verde

MODO DE FAZER:

Frite a cebola e o alho no óleo. Coloque 500 gramas de torresmo. Em seguida, coloque o coloral, a pupunha, cheiro verde e um copo de água. Quando estiver bem cozido adicione mais um litro e meio de água e a farinha de milho. Mexa bem até que a farinha fique cozida e desgrude do fundo da panela.

Mulheres e agroecologia

"Semente que se transforma - em outras relações com a diversidade"

Por Janete Rosane Fabro, Talita Slota Kutz, Geani Paula de Souza

A agroecologia refere-se ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica, mas para quem faz a agroecologia ela é bem mais do que isso. "Amar a terra e nela guardar sementes, a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente", os versos da música Caminhos alternativos, do cantor Zé Pinto, trazem muito do sentimento das mulheres ao trabalharem suas terras na perspectiva agroecológica.

O papel das mulheres na agroecologia é muito importante, por mais que muitas vezes isso fica invisibilizado. São elas que assumem o papel de plantar a comida que vai à mesa todos os dias, de plantar as coisas miúdas, que para muitos não têm importância, mas que são essenciais para a família, e isso cultivado sem veneno, pois elas cuidam da saúde de todos da família e sabem que do alimento vem o remédio.



Para a agricultora familiar Vera Lucia Gonçalves, de 60 anos, do município de Mandirituba, o modelo convencional de plantio ela não sabe fazer, pois aprendeu com os pais desde cedo a cultivar a terra. "Antigamente a gente já produzia sem veneno e quando vim para cá o pessoal disse para tacar veneno em tudo, que num instantinho ficava pronto, em pôr fogo, e eu pensei, se meu pai não fazia isso porque eu tinha que tacar fogo em tudo?", conta.

São várias formas de conexão com a natureza, e várias maneiras de se produzir na agroecologia, não existe um padrão. Para Neltume Espinoza, integrante da Associação Morretes Agroflorestal e Ecológica (AOPA), é um movimento que busca enxergar ou se reconectar novamente com a natureza. "A busca de uma forma da gente viver melhor, interagir melhor não só no ambiente do campo, mas em todos ambientes que estamos", diz a filha de agricultores, que conheceu a agroecologia em 2009, e desde então tornou-a um propósito de vida através do sistema agroflorestal.

“No sistema agroflorestal são várias espécies frutíferas, árvores de poda, medicinais, mas foquei principalmente nas árvores nativas do litoral, como ingá, araçá, algumas jabuticabas, abacaxi, mamão, algumas não são do litoral, mas se adaptam bem ao clima do litoral: taperibá, guapuruvu, mandioca, gengibre, cúrcuma... várias coisas”, descreve Neltume.

Assim como há uma diversidade de formas de produzir e de inter-relações na prática diária da agroecologia, ela também carrega aspectos das relações para além do viés produtivo, que são: não violência, não exploração, não hierarquização e profundo respeito a todas as formas de vida e também as diversas formas de ser mulher e de ser homem.

Mas, essas premissas não necessariamente garantem que não haverá a existência delas no campo, pois vivemos em uma sociedade com princípios machistas patriarcais, que determina o lugar de mulheres e homens, especialmente nos espaços produtivos e econômicos, o campo não é exceção.

Neltume Espinoza traz presente a idealização da agroecologia, o que não condiz com a realidade de muitas mulheres que a praticam. Para ela, não é porque se faz agroecologia que está tudo perfeito, pois a sociedade ainda é patriarcal.

“A gente tem uma idealização da agroecologia, parece que é um mundo ideal, que já está instalado e é só entrar nesse mundo que tudo muda. A agroecologia é igual a toda sociedade, em que é preciso enfrentar várias transformações e dentro delas precisamos enfrentar a vida da mulher e do homem como família e comunidade”, explica Espinoza.

Revelar as contradições e conjuntamente pensar ações e metodologias que superem as violências são fundamentais para de fato avançarmos enquanto sociedade. A agroecologia é uma porta de entrada estratégica para isso, pois ela tem a sensibilidade e a possibilidade da escuta, da valorização e da inclusão das mulheres e juventudes nos processos produtivos, organizativos e econômicos, juntamente com os homens.

Nesse sentido, as mulheres têm papel importante na construção da agroecologia, pois, pelo seu senso de observação e cuidado, inspiram novas relações produtivas.

“A mulher tem mais sensibilidade desse olhar da agroecologia. Claro que tem homens com olhar especial para a agroecologia, mas as mulheres têm mais carinho com a natureza”, diz Luzinete Souza Oliveira, agricultora, acampada em Antonina.

Mas para que efetivamente possamos avançar, é necessário que homens e mulheres se coloquem no lugar do diálogo e da construção coletiva, buscando a superação do modelo econômico exploratório de todas as formas de vida que é o capitalismo, que no campo se traduz em agronegócio.

Temos várias demonstrações da viabilidade de outra forma de produção, menos predatória, respeitosa com os ciclos da natureza e da vida; o trabalho das guardiãs de sementes é um exemplo materializado de que é possível, sim, produzir alimentos saudáveis e biodiversos.

Pensando no que a agroecologia tem a nos oferecer para o futuro, é necessário um olhar para o passado e o presente, principalmente quanto ao patrimônio biocultural existente nas experiências locais e ao fato de que estamos vivendo uma "globalização" dos padrões de produção e de consumo, em favor do capital financeiro. A agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento social, traz dentro de sua teoria crítica o contraponto de que a agricultura não é só um "negócio".

O chamado "agronegócio" estimula principalmente as produções de commodities através de "pacotes tecnológicos", que nada mais são que "mordaças" estabelecidas entre plantadores e as multis e transnacionais produtoras de sementes transgênicas, agrotóxicos, adubos químicos, os quais contribuem cada vez mais para a destruição do meio ambiente, devastando florestas, a rica biodiversidade, sem falar dos direitos dos povos. Além de objetivar a concentração de riquezas nas mãos de poucos, gera grande vulnerabilidade econômica e social das famílias rurais, comunidades indígenas, povos tradicionais, campesinas e campesinos, e êxodo rural.

O agronegócio está nas grandes mídias e é capaz de influenciar muito as pessoas, como observado pela agricultora Vera Gonçalves, que comenta entristecida a fala de seu irmão: "A agroecologia não leva a nada". Já Vera pensa que a agroecologia é o caminho: "Se tivesse mais incentivo e se cada um ficasse na sua terra produzindo de forma agroecológica, cada um ia produzir seu alimento; até no final de semana você consegue produzir um pouquinho que vai comer durante a semana. O que acontece (o problema) é colocar a terra nas mãos de quem tem trator, tomba tudo e destrói tudo, olha como está a Amazônia".

Neltume Espinoza também traz a agroecologia como o caminho, enfatizando: "Se os governos contribuíssem para a agroecologia, assim como contribuem com o agronegócio, sem dúvida que alimentaríamos muito mais do que o Brasil. Se a agricultura familiar contribui com a maior parte da alimentação no país, mesmo sem condições e um governo que corta asas das e dos camponeses, se recebêssemos mais apoio seria sensacional o que poderíamos fazer".

A agroecologia atua em sua luta diária como resistência aos desmontes das políticas públicas, na constante busca pela superação da fome, na preservação da natureza, na construção de uma sociedade justa e



igualitária, que extrapola o campo da produção de alimentos. Tem como premissa a não violência, com um olhar para a vida e os direitos dos povos ao acesso e utilização das terras, de suas culturas, ancestralidades e saberes tradicionais locais. Em constante transformação, de acordo com a realidade de cada local, é com base nela que podemos contribuir para um mundo melhor, sem violências e desigualdades, com acesso de todas e todos a "comida boa e de verdade" tanto no campo quanto como na cidade.

Talita Slota Kutz, Filha de Agricultores Familiares, Tecnóloga em Processos Gerenciais, Engenheira Agrônoma e Mestra em Agronomia. Coordenadora do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA Núcleo Verê/ Fundação Luterana de Diaconia – FLD.

Geani Paula de Souza da Rosa. Comunicadora Popular. Equipe da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Integrante da Rede Sementes da Agroecologia.

Janete Rosane Fabro. Agrônoma e agroecóloga da Equipe da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Integrante da Rede Sementes da Agroecologia.



RECEITA

Bolinho de Mucuna

Por Ana Kovalski – Teixeira Soares (PR)

INGREDIENTES:

- 1kg de mucuna
- 1kg de carne moída
- 2 colheres de sopa de óleo
- Salsinha, pimenta e sal a gosto

MODO DE FAZER:

Cozinhar a mucuna até ela ficar mole (apertar a semente para sentir o ponto), moer a mucuna, misturar a mucuna moída com a carne, o óleo e os temperos, fazer bolinhas e fritar.

Mulheres e Sementes



Semente que se transforma – em vida

Camponesas e as sementes da agroecologia. Plantar sementes crioulas é garantir a soberania agora e no futuro; Fortalece a agroecologia numa relação de respeito e harmonia com todos os seres.

Por Janete Rosane Fabro, Neltume Espinoza

As sementes são o parto anunciado, possuem a mística da vida! Com as sementes na terra, levadas pelas mãos sagradas das camponesas, regadas pelas chuvas e aquecidas pelo calor da natureza, gera-se a nova vida. Dessa forma, é fundamental celebrar e cantar, como canta o poeta popular Zé Vicente: "Viva a mulher desta nação, que vem gerando no ventre a nova semente da libertação, que vem trazendo no sangue a semente nova da revolução".

São sementes de esperança, do verbo esperançar, que significa buscar, agir, sonhar, que se materializam nas mais diversas formas: sejam grãos, raízes, ramas, tubérculos, bactérias, animais, insetos, humanos. As sementes, nas mãos das guardiãs, se transformam em fartura de alimentos, de biodiversidade, de segurança e soberania alimentar.

Perceber-se guardiã é possibilitar a continuidade histórica de resistência, é dizer não ao projeto de contaminação e destruição da biodiversidade e das nossas mentes capazes. É recriar, com autonomia, o convívio de harmonia e respeito com a natureza; ser guardiã é nutrir a esperança que se materializa em alimentos saudáveis, saúde em soberania. Ser guardiã é ter a sensibilidade de sentir pulsar as vidas na terra mesmo as que não conseguimos ver, é preocupar-se com o outro.

Ser guardiã é cuidar da terra escravizada, contaminada, possibilitando o parto de nova vida, como afirma Rosilda Vani dos Santos, do Quilombo Serra do Apon, no município de Castro: "Quando veio essa história de luta por direito ao território: 'eu sou bisneto de escravo, meu bisavô era escravo, gente que fugiu do capão alto e formou quilombo (perto de Castrolanda)'. De um ponto em diante que eu entendi meu pai falava que nós éramos do escravo. A gente sabe, entende bem, sabe que nós temos direito da terra, eram mil e duzentos alqueires e tomaram tudo. Aqui é um alqueire de chão e eu planto. Na área da nossa comunidade, cada um tem um pedaço".

A luta pela liberdade da terra vem permeada pela troca ancestral de conhecimentos e sementes: "Meu pai guardava de sementes. A gente aprendeu com o pai a guardar. Era criança e o pai já guardava. Faz

diferença guardar, a minha semente é pura. Milho feijão. Nasci e me criei aqui. Ainda tô na luta, faz horas, desde 2002 que começamos a lidar com a terra. Ainda trabalho. Come o que a gente planta. Só vem do mercado arroz, açúcar e azeite". Rosilda Vani dos Santos, do Quilombo Serra do Apon, no município de Castro.

Nesse contexto, ser guardiã de sementes também é lutar por liberdade. Assim como se cultivam sementes livres que geram momentos fartos de partilhas, elas possuem a capacidade de gerar a liberdade das mulheres que estão envolvidas com a prática, pois um povo que não produz seu alimento é um povo dominado e desapropriado de seus valores, costumes, ritos e ancestralidade.

As sementes têm o poder de, a cada geração, imprimir em seus genes as características das condições de solo e clima locais e pessoais de quem as cultiva. Elas fazem parte da resistência dos povos indígenas, quilombolas e camponeses.

Apesar de vivenciarmos um processo de distanciamento e isolamento social, não podendo encontrar-se nas Festas das Sementes para troca de experiências de mudas e sementes crioulas, **as mulheres foram à luta** além do estipulado, para defender a vida. É mais que urgente reinventar e dar novo significado para esse momento tão difícil. Precisávamos nutrir a nossa esperança e fortalecer a luta pela vida.

Andrea Jantara, do município de Palmeira, guardiã urbana de sementes, expressa toda sua paixão pelo cultivo das sementes: "Cuidar das sementes, mantê-las, multiplicá-las no espaço que possui, independente do que tem, se é pequeno, se é grande dá certo, todos deveriam abraçar porque é possível".

O modelo do agronegócio e a imposição de um padrão cultural de mercado invisibiliza todas essas iniciativas e nos fazem pensar que elas não existem, que hoje só é válida a produção em escala, padronizada. Invisibiliza todas as iniciativas de resistência, especialmente das mulheres e juventudes e dita em quais espaços devemos produzir.

Nesse sentido, Andrea Jantara segue sendo essa resistência ativa. Em seu pequeno lote, cultiva muitos alimentos e é a prova concreta de que é possível fazer a diferença.



“Porque tem muita riqueza na cidade que ainda não foi descoberta e que as pessoas conservam. A valorização do que você pode ter nos pequenos espaços – seu tempero, medicinal, a troca de conhecimentos e saberes. E ter na cidade, você aproxima o público da cidade, mostra o que pode fazer, ensina e aprende. E, além disso, as pessoas dispostas sabem onde procurar”, conta a guardiã.

Na agricultura familiar e mesmo na agroecologia, não tendo muitas vezes possibilidades pela pressão do mercado, o sistema nos leva a reproduzir em pequena escala suas vontades, os governos impõem regras e mecanismos burocráticos. A plena liberdade de construir com os ambientes na hora dos plantios também é influenciada. Os consumidores e consumidoras de alimentos, que somos todas e todos nós, já estamos destinados a nos alimentar com certos produtos, que deixaram de ser alimentos, condicionados domésticos à máquina comercial. Frente a tudo isso, a agroecologia busca criar formas mais equilibradas na relação com os ambientes, as formas de cultivar e o que cultivar, construindo uma linha frágil de autonomias que buscam a Soberania Alimentar.

A mulher no campo tem escolhido criar com a agrobiodiversidade, deixando acontecer o instinto transcendental da memória ancestral, na relação com as espécies, como as flores, as ervas medicinais e os alimentos, fazendo a crítica ativa à cultura patriarcal e não sendo direcionada ou impulsada apenas pelo mercado, passando a barreira do capital e seguindo seus instintos.

As mulheres se mantêm ativas no universo da diversidade e no caminho da soberania alimentar, caminho que não se constrói só no plantio dos alimentos para o consumo humano, soberania que se manifesta nos cuidados da terra e na amplitude da agrobiodiversidade.

Tradicionalmente na agricultura, para as mulheres restam apenas áreas do entorno da casa, ou espaços onde a monocultura não consegue avançar, ou seja, os terrenos de encostas, pedregosos ou com problemas de drenagem. Porém, as mulheres são verdadeiras engenheiras e pesquisadoras, pois mesmo nessas áreas ditas periféricas para o agronegócio ou perante o padrão hegemônico produtivo, elas produzem uma grande diversidade de espécies.

Para o agronegócio e a cultura machista patriarcal, não há lugar para mulheres e juventudes no campo, elas são vistas apenas como “ajuda”, porém, os dados demonstram que elas são responsáveis pela produção da metade de todo o alimento que consumimos.

Essa produção, mesmo que realizada em áreas pequenas e periféricas da unidade de produção, é extremamente diversificada, pois é feita a multiplicação das sementes nesses locais, o que garante a manutenção da biodiversidade.

Para manter a biodiversidade das sementes tem-se muito trabalho e dedicação; mas acima de tudo um grande respeito pela natureza. Marianne



Spiler, coordenadora da Casa da Partilha em Mandirituba, sua paixão, conta que mesmo com todas as adversidades as guardiãs estão constantemente preocupadas com a preservação e a multiplicação das sementes. “Eu mesma planto. Fui coordenadora da ABAI, mas fiquei só no escritório. Gosto muito mais de plantar, do serviço braçal, de ficar em contato com a terra fértil. Eu planto, colho e administro a Casa da Partilha. Dá muito trabalho. A semente dá trabalho, tem que separar, você traz de muitos lugares. Eu fiz uma sala de exposição. Vi na Suíça isso – minha pátria – uma sala de exposição de sementes e o meu objetivo é que a pessoa entre e fique maravilhada. Eu acho que isso é o começo, porque ninguém faz nada sem encanto, sem prazer e alegria”.

Tanto a produção de alimentos quanto as sementes impactam economicamente as unidades de produção, visto que ao deixar de adquirir os alimentos e produzi-los no próprio local há uma redução nos gastos externos. Essa condição garante autonomia, segurança e soberania alimentar às famílias.

Já a comercialização das sementes, via feira ou mesmo trocas, geram rendas para as mulheres, assim como afirma Marianne Spiler: “Claro, pode gerar. Agora, na Casa da Partilha eu não quero cobrar, porque quero apoiar mais a troca e a partilha”. A partilha também as transforma em sujeitos sociais, que debatem, propõem e praticam outra forma de desenvolvimento para o campo, com base nas sementes livres, adaptadas aos locais e biodiversas.

Essa partilha se dá pela participação das mulheres em feiras e festas das sementes, dialogando sobre a sua produção, participando das formações, mas, principalmente, apresentando suas sementes, fruto de seu trabalho.

“As festas e feiras de sementes agrupam, trazem para mais partes – cidade e campo –, para ver as realidades, dá oportunidade às pessoas verem como é. Tem essa chance de adquirir semente do guardião e passar para frente. Participo sempre de festas e feiras, estou 17 anos participando na nossa região e é importante. Se tenho variedade de feijão vagem eu troco com fava. Muitas das sementes que tenho quantidade significativa eu comecei com 10 sementes”, diz Andrea Jantara sobre as trocas em festas e feiras das sementes.

Diante de todos os diálogos realizados com as guardiãs de sementes, cabe a reflexão sobre o que de fato é a renda gerada por essa produção. Não cabem

nessa lógica produtiva os conceitos e concepções capitalistas de escala, lucro e monetarização. Então, você deve estar se perguntando que toda essa iniciativa não é válida para a humanidade. Ao contrário, ela está imbuída de valores humanos e sociais tão pertinentes para este momento.

As guardiãs de sementes têm presente a importância de gerar renda de sua produção, sim, mas não só, os valores de troca, de resgate, de preservação, manutenção da biodiversidade são fundamentais. Mas, acima de tudo, colocar-se como um sujeito social que, através de sua prática diária, incide sobre a soberania de um território, é algo imprescindível para as mulheres envolvidas. Assim como propor ações que promovam o desenvolvimento local pautado em suas experimentações é fundamental para que avancemos enquanto sociedade.

"A semente é o começo e o fim da cadeia alimentar, ela cativa qualquer um. A gente vê criança muito pequena, se você dá semente de várias cores a uma criança de 3 anos ela já começa a separar, ela já tem esse encanto. A semente carrega vida, ela é sagrada. A natureza cria uma só – os mesmos princípios que estão na semente de um feijão, de uma árvore, de uma pessoa humana, tudo é sagrado e tem o seu encanto", reafirma Marianne Spiler - ABAI.

Neltume Espinoza Camponesa. Agroecóloga e licenciada em Ciências da Natureza. Integrante de organizações sociais que buscam fortaleza e autonomia dos territórios.

Janete Rosane Fabro. Agrônoma e agroecóloga da Equipe da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Integrante da Rede Sementes da Agroecologia.



RECEITA

Cerveja de Mimosa

Por Terezinha Skrzeczkowski, Rio Azul (PR)

INGREDIENTES:

- 2 kg de açúcar
- 12 a 14 mimosas bem maduras (dependendo do tamanho)
- 1 colher de chá de fermento.
- 18 litros de água

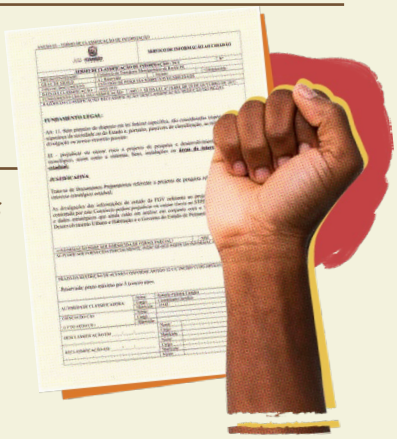
MODO DE FAZER:

Descascar as mimosas retirar as sementes e a pele branca dos gomos ferver em 2 litros de água, coar, caramelizar 1 kg de açúcar, misturar o sumo da mimosa, mais o açúcar caramelizado, o fermento e 1kg de açúcar branco em 16 litros de água, deixar descansar por 24 horas e engarrafar.

Direito e Legislação

Direitos para as guardiãs são as sementes crioulas livres

Por Naiara Andreoli Bittencourt



De bens comuns à mercantilização: os instrumentos internacionais de padronização de sementes

As sementes, mudas, raízes, plantas medicinais e ramas são frutos da história dos povos e especialmente do trabalho das mulheres camponesas, agricultoras, quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais. As sementes são bens comuns, memórias vivas da diversidade e da construção ancestral desses povos. Por isso, sempre foram de livre circulação, troca, comercialização. Quanto mais as sementes se movem, mais diversidade e autonomia são construídas.

Mas com o avanço do capitalismo no campo, tudo que ainda pode ser apropriado se transforma em mercadoria. Não foi diferente com as sementes. Para transformá-las em mercadoria, era preciso privatizar o conhecimento, apropriar-se do trabalho coletivo para gerar lucro individualizado. Transformou-se o bem comum em bem mercadoria, patenteando e criando mecanismos de identificação: homogeneidade, estabilidade, distinguibilidade.

O que sempre foi diverso, livre, passou a ser padronizado pelo capitalismo na revolução verde para garantir o acúmulo e controle privados. E teve no direito, por meio de legislações, regulações, proteções proprietárias e decisões judiciais a garantia de que as sementes poderiam ser apropriadas, patenteadas e restritas ao acesso comum. Como alerta Marianne Spiller, coordenadora da Fundação Vida para Todos (ABAI) e guardiã de sementes, "a semente é um bem comum, como a vida, não fomos nós que criamos. Esse conceito da natureza da semente, da biodiversidade, como bem comum, está muito ameaçado pelo capitalismo, que se sustenta pelo bem privado".

Primeiro vieram as sementes híbridas, depois as transgênicas e até as novas tecnologias de manipulação genética. A circulação, troca, multiplicação de sementes como prática cultural e de sobrevivência dos povos foi crescentemente apropriada pelo modo de circulação de mercadorias regulado por relações jurídicas próprias. Essa padronização começou de "cima para baixo", em acordos e convenções internacionais que objetivavam criar sistemas comuns de proteção às cultivares, indicando diretrizes para que fossem internalizadas nos países signatários.

Ceres Hadich, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, indica que "essa ameaça da hegemonia do agronegócio, da monocultura e desse desrespeito ao diverso, ao múltiplo, vem diretamente relacionado ao controle das sementes, porque controlar as sementes é controlar a vida, é controlar a diversidade, o período de plantio, o que planta, o resultado do que produz".

No âmbito internacional, acordos sedimentam o controle e a privatização das sementes, em especial a Convenção Internacional para Proteção de Cultivares, com vínculo à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), criada em 1967 em Genebra. A agência foi criada com o objetivo de incentivar e padronizar a proteção à propriedade intelectual em todo o mundo, com a cooperação dos Estados-nações. A Convenção de 1978 da UPOV (da sigla em inglês: International Union for the Protection of New Varieties of Plants) assegura a quem desenvolve uma nova variedade vegetal o direito de propriedade intelectual, com proibição da reprodução dessa variedade por outros que não paguem por ela.

A Convenção da UPOV possui duas versões em vigência, uma de 1978, aderida pelo Brasil por meio do Decreto 3.109/1999, e outra de 1991, que é ainda mais alinhada aos interesses das grandes empresas internacionais sementeiras.

A UPOV de 1978 indica o "privilégio do melhorista" e o "privilégio do agricultor", com algumas exceções para o uso das sementes protegidas. Os agricultores podem fazer uso próprio das sementes resultantes da colheita das variedades protegidas, além de vender e trocar essas sementes com outros agricultores. No Brasil, a Lei de Cultivares (Lei 9.456/1997) e a Lei sobre Mudas e Sementes (Lei 10.711/2003) possibilitaram a adesão do país à UPOV.

A partir das lutas e embates dos movimentos sociais populares camponeses na arena internacional, também se construíram acordos que asseguram direitos mínimos às sementes e ao conhecimento tradicional associado, como é o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA/FAO), a Convenção da Diversidade Biológica e seus Protocolos (Cartagena e Nagoya), a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e recentemente a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais, esta última não assinada nem ratificada pelo Brasil.

Mesmo assim, prevalece o domínio do mercado internacional das sementes "melhoradas" ou "modificadas", que passaram a ser atreladas a um pacote congregado de fertilizantes, insumos, agrotóxicos e maquinários padronizados, minimizando as diversidades de ecossistemas, culturas e contextos socioambientais.

Ainda que existam exceções ao uso próprio de sementes protegidas pelos agricultores, as sementes crioulas são

percebidas pelos instrumentos jurídicos como lacunas e com pouca ou nenhuma proteção da agrobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados a elas.

Os direitos das agricultoras: a legislação brasileira

Nos instrumentos jurídicos nacionais, a tentativa de padronização e homogeneização internaliza os embates internacionais. A primeira Lei de Sementes brasileira é de 1965 e foi substituída em 2003 pela atual Lei de Sementes e Mudas, que regula em especial o mercado formal de sementes, com algumas exceções aos agricultores familiares e às sementes crioulas.

No panorama nacional, há legislações que tratam de aspectos importantes para os agricultores e povos tradicionais, mas são criticadas pelos movimentos do campo, água e florestas por apresentarem muitos benefícios ao agronegócio ou grandes produtores que utilizam transgênicos e agrotóxicos. Mesmo assim, seus poucos pontos que garantem algum direito ou proteção aos camponeses e povos e comunidades tradicionais devem ser cobrados. É o caso da Lei de Biossegurança Nacional (Lei 11.105/2005), da Lei sobre Mudas e Sementes (Lei 10.711/2003), da Lei de Proteção aos Cultivares (Lei 9.456/1997), da Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989) e do Marco Legal da Biodiversidade (Lei 13.123/2015).

Há outras que trazem mais garantias aos camponeses, como é a Constituição Federal, a Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831/2003), a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto 7.794/2012).

Nesse texto, nos concentraremos na Lei de Cultivares, na Lei sobre Mudas e Sementes e traremos alguns apontamentos sobre a Lei de Biossegurança e Lei da Biodiversidade. A Lei de Cultivares, com base na UPOV de 1978, é completamente voltada ao sistema de proteção de sementes híbridas ou transgênicas, marcado pela proteção de patentes. Ela traz a exceção aos agricultores familiares, que podem multiplicar, distribuir, trocar ou comercializar sementes, mudas, mas somente entre si.



Para Ceres Hadich, o avanço sobre o patenteamento de sementes se relaciona ao controle da autonomia de todo processo de produção, "a partir do controle das sementes, está cada vez mais em risco, em função dessa base legal que vem dificultando para agricultores e camponeses, mas também do ponto de vista da batalha das ideias, essa ofensiva tem se dado com mais força".

A camponesa e dirigente sem-terra acrescenta, "e isso obviamente se conecta, nesse processo restritivo, a tentar limitar a multiplicação. O que está em jogo é a autonomia, o interesse das grandes empresas em controlar todo o mercado vem direto na intenção em controlar essa base genética que tem na biodiversidade, com as sementes. São elementos que se interconectam e fazem parte de jogo de interesses, do interesse em impor uma única possibilidade – uma única forma de plantar, com poucas sementes e sob controle das grandes empresas".

Já a Lei 10.711/2003 instituiu o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e, apesar de trazer algumas considerações sobre as sementes crioulas, está voltada ao sistema formal que regula o "setor industrial de sementes", atendendo mais aos interesses privados do que aos agricultores familiares, pequenas cooperativas ou sistemas locais de troca de sementes.

A Lei de Sementes e Mudas cria o Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem), que é um cadastro das pessoas físicas e jurídicas "que exercem as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas". Essa lei traz isenções do registro para aqueles que usam sementes para uso próprio e "os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si". Isto é, a lei não regula o mercado entre os agricultores e suas organizações (cooperativas ou associações), mas impede que esses agricultores familiares vendam suas sementes numa casa agropecuária, por exemplo, se não estiverem inscritos no Renasem, que é um instrumento extremamente burocrático e repleto de requisitos de difícil acesso aos agricultores familiares.

Segundo Marianne Spiller, que luta no Brasil e em âmbito internacional pela defesa das sementes crioulas, "a Lei de Sementes e Mudas permite que as agricultoras e agricultores plantem a própria semente e comercializem entre si e entre organizações. Esse direito é uma conquista muito grande e aproveita o máximo que existe". E, de fato, para que a exceção aos agricultores estivesse disposta na lei, muitas lutas populares dos movimentos sociais camponeses foram empunhadas.

A Lei de Biossegurança, por exemplo, cria condições para a liberação e o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e acelera o ingresso de transgênicos no Brasil.

Essa lei institui a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) como responsável pela criação de normas técnicas de segurança relativas aos OGMs, inclusive determinando sua notificação imediata em caso de acidentes que possam disseminar esses organismos. No entanto, verifica-se que as normas técnicas estabelecidas pela CTNBio não são eficientes para proteger as camponesas e seus cultivos tradicionais ou agroecológicos da contaminação pelos OGMs, pois não levam em consideração as formas pelas quais essa contaminação pode ocorrer.

A Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), por sua vez, estabelece regras para o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, tratando também da repartição de benefícios pela exploração econômica desses conhecimentos e patrimônio.

O problema é que a lei facilita o acesso a esses conhecimentos e recursos e estabelece inúmeras exceções à necessidade de consentimento livre, prévio e informado pelas comunidades, além de não estabelecer mecanismos suficientes de repartição de benefícios. A Lei da Biodiversidade, apelidada de "Lei da Biopirataria" pelos movimentos sociais, também cria conceitos complicados. Por exemplo, a lei cria a figura do "conhecimento tradicional de origem não identificada". Tal conceito legal abarca as sementes crioulas e indica que não há necessidade de consentimento das comunidades envolvidas, o que desprotege e invisibiliza as camponesas e agricultoras tradicionais.

No âmbito da Lei 13.123/2015, Marianne Spiller demonstra a preocupação das agricultoras e guardiãs, "existem sempre ameaças aos direitos, porque a legislação é muito ambígua. É editada uma lei que você não sabe se quer proteger ou restringir para depois roubar. Há mais leis com intuito de roubar do que proteger o patrimônio da biodiversidade".

Isto é, de um lado várias legislações que entravam e modificam a produção e a reprodução da vida das camponesas. De outro, parcas políticas de promoção e incentivo da agrobiodiversidade. "Temos algumas legislações e garantias de venda e produção das sementes, que ainda são poucas. O que a gente tem hoje é a pressão para derrubada da proteção das sementes. A gente precisa de incentivos maiores para fomentar e produzir a comercialização das sementes, incrementar o papel do Estado. A gente entende que o poder público, as leis, têm papel importante no fomento da estrutura de produção e comercialização. Nós acompanhamos alguns coletivos de mulheres e na maioria deles, na questão da produção agroecológica e guardiãs, precisam de aporte, desse fomento do Estado", alerta Cristiane Katzer, da direção-executiva da Assesoar e residente no município paranaense Flor da Serra do Sul.



As legislações nacionais que regulam ou incidem sobre o regime de sementes são contraditórias e voltadas muito mais ao mercado formal e à proteção de grandes empresas. As brechas e lacunas foram duramente conquistadas com pressões de movimentos de camponeses(as) e agricultores(as). Para as agricultoras, a reivindicação passa longe do enquadramento burocrático das sementes crioulas numa lógica engessada voltada para sementes "estáveis e homogêneas".

As sementes crioulas são altamente variáveis, heterogêneas, geneticamente diversas, resistentes, resilientes e adaptáveis. Faz parte da história da semente crioula a história da guardiã agricultora que selecionou e multiplicou essa semente. Apagar essa história é borrar a trajetória dos povos camponeses e tradicionais e, mais ainda, sua autonomia.

Para as agricultoras, a solução está na proteção das próprias guardiãs e na existência de políticas públicas de promoção da agrobiodiversidade por meio do fomento das sementes crioulas. Não adianta registrar, enquadrar, amarrar em listas, cadastros e registros. É preciso garantir a multiplicação e diversidade que promovam autonomia do povo do campo, águas e florestas.



Para Marianne Spiller, "o primeiro passo é valorizar e empoderar a agricultura familiar, o guardião e a guardiã, porque são pessoas que ficam invisíveis e fazem um trabalho muito importante. E depois conscientizar, porque muitas vezes o(a) agricultor(a) não sabe dessas ameaças, como ocorre com os transgênicos".

Proteger as sementes crioulas perpassa por garantir a autonomia dos(as) agricultores(as), por "respeitar o direito de terem autodefinição e autodeterminação da forma como querem cultivar os alimentos, como querem produzir e reproduzir as sementes e esses direitos são bastante ameaçados historicamente", aponta Ceres Hadich, do MST. Ela ainda acrescenta que é preciso "o direito de ter autonomia para dizer como quer plantar – desde o controle das sementes, dos insumos, do controle do acesso e uso da terra, do controle do conhecimento da tecnologia".

Uma das saídas apontadas pelas agricultoras é o fortalecimento "de

um conjunto de políticas públicas e um Estado comprometido com a nossa autonomia e soberania alimentar e comprometido com a parcela tão fundamental que é a agricultura familiar, em especial a que se dedica à produção de alimentos saudáveis. Essa política pública precisa passar pelo acesso à terra e o uso adequado dos recursos naturais, o acesso às sementes e o incentivo no cuidado e controle das sementes crioulas, o cultivo, a relação com insumos, as relações de produção e de comercialização, então, é um conjunto de políticas públicas que precisa se estruturar na perspectiva de diálogo com a sociedade para construção da soberania popular", afirma Ceres.

Algumas propostas se desenvolvem em âmbito local, nos municípios, ou regional, nos estados. Já temos visto o avanço de legislações municipais e estaduais que fomentam políticas públicas de ampliação e proteção de casas e bancos comunitários de sementes, que reconhecem o trabalho das guardiãs e até que trazem as sementes crioulas para as compras institucionais, via projetos de aquisição e distribuição de sementes crioulas. Para Cristiane Katzer, "os espaços municipais são fundamentais nesse processo porque estão mais próximos. O município pode dar suporte técnico para o(a) agricultor(a) e através dele(a) reivindicar mais ações do estado; o município é um fio condutor".

Políticas públicas não significam amarras às sementes. As sementes, raízes, plantas, mudas, ramas crioulas não são enquadráveis em caixas jurídicas. E por isso mesmo não precisam de muita coisa para se multiplicar. Dispensam todo o pacote tecnológico que cerca as cultivares. As sementes crioulas precisam de proteção e valorização dos trabalhos das guardiãs, fomento à circulação, incentivo à multiplicação e salvaguardas aos conhecimentos tradicionais contra a apropriação privada do que é ancestralmente comum.

Nas palavras certeiras de Cristiane Katzer, "a nossa luta da semente como direito são as sementes livres. Se tem alguém que tem direito de comercializar sementes é quem produz, mas que também ela seja livre, e as empresas querem cercear. A semente é um direito do povo. Enquanto tivermos ainda algumas guardiãs e guardiões produzindo, melhorando e multiplicando, temos que fazer resistência nesses processos".

Naiara Andreoli Bittencourt. Advogada popular na Terra de Direitos. Mestra e Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR. Integrante da Rede Sementes da Agroecologia, do GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

RECEITA

Preparando chás aromáticos

por Dona Maria da Luz Julianotte

- Coloque água para esquentar, mas não deixe ferver. O ponto é quando começarem a subir as primeiras bolhas, antes da fervura;
- Em uma xícara ou copo, coloque duas colheres de sopa da planta seca que escolher fazer o chá (se a planta estiver verde, coloque apenas uma colher);
- Adicione a água por cima da planta, tampe e deixe descansar por 10 minutos;
- Ao tirar a tampa, vire para dentro do copo, pois a água que ficar na tampa deve ir para o chá

OBSERVAÇÕES:
toda planta que for utilizar a casca e semente deve ser fervida. Se for colher a planta para fazer o chá fresco, faça a colheita de manhã bem cedo ou a noite, pois o sol quente pode fazer com que o princípio ativo se perca.



Contaminação Genética

A semente-alimento e a semente-mercadoria: milho transgênico na minha roça, não!

Por Naiara Andreoli Bittencourt

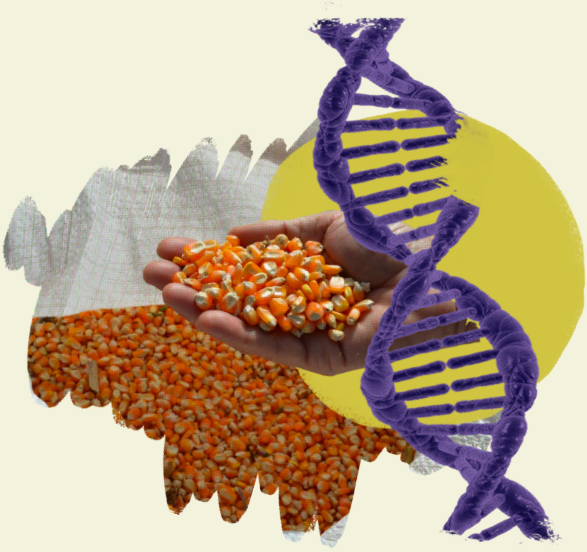
"As sementes crioulas são sementes-alimento, não são sementes do mercado, modificadas. São sementes que a humanidade plantou e cuidou ao longo dos anos". A síntese profunda da agricultora camponesa de Ireneópolis, no Paraná, Iraci Rodrigues de Lara, traduz o processo de mercantilização das sementes, ao passo em que segura com as mãos a reivindicação da trajetória da agricultura e do saber tradicional: a semente germina pela nossa história.

E tem sido assim há milênios. Constata-se que o milho já havia se espalhado pelo continente pelos saberes dos povos indígenas que domesticaram, selecionaram e cultivaram as sementes em suas múltiplas variedades, muito antes da invasão europeia. Para plantar o milho é preciso trabalho e trabalho de cuidado. Plantar, germinar, cuidar, colher, escolher as melhores espigas, despalhar, debulhar, selecionar os grãos desejados, armazenar, plantar novamente.

Cada passo do "cultivar" tem conhecimento tradicional agregado. Indígena, camponês, quilombola, de comunidade tradicional. Conhecimento oral, ancestral, de anos de observação e experimento. E a escolha não é aleatória, exige uma razão, invoca um porquê. Escolher a espiga mais doce? A mais resistente à seca ou à chuva? Ou aquela com a melhor palha para o artesanato? Aquela que os animais gostam mais? Ou é mesmo a mais bonita?

Não há milho sem conhecimento.
Não há milho sem um porquê.
Não há milho sem uma escolha, que envolve fatores locais, comunitários, culturais e ambientais. Há milho crioulo com trabalho humano.
E não há semente sem o trabalho das mulheres.

O trabalho de guarda e seleção das sementes é, portanto, majoritariamente feminino: o trabalho do cuidado, o trabalho invisibilizado, que oculto tece a história, gera e reproduz a vida.



Mas no caso do milho, numa lógica impositora e violenta, são os transgênicos que “teimam em apagar nossa história”, como denunciam as camponesas da Articulação do Semiárido. Os transgênicos invisibilizam o trabalho humano, mas especialmente o trabalho das mulheres, que historicamente fizeram as seleções e a guarda das sementes. Mas não é somente pela padronização das sementes conforme um interesse do mercado, é também pela contaminação. Não bastasse a tentativa de domínio jurídico, político, econômico, os transgênicos –patenteados pelas grandes empresas transnacionais –, também querem dominar os milhos crioulos que estão ao seu redor.
O pólen do milho pode percorrer longas distâncias e fecundar uma variedade distinta. O que é uma forma natural de promover agrobiodiversidade passou a se tornar o pesadelo de agricultoras que tentam preservar e resgatar suas variedades de milho crioulo.

O milho é uma cultura com flores masculinas e femininas apartadas e, por isso, é considerado uma planta de fecundação cruzada. Para que a produção de espigas e grãos aconteça, o pólen localizado nos pendões deve atingir o cabelo do milho nas espigas. Esse movimento do grão de pólen realiza-se predominantemente pelo vento e insetos polinizadores. Desse fato biológico resulta que as plantas de milho se fecundam entre si numa mesma lavoura e entre lavouras. A distância que um grão de pólen viável percorre varia em função das condições ambientais locais como direção e intensidade dos ventos, umidade do ar, relevo e tamanho da fonte de pólen, isto é, das dimensões da plantação de milho.

Com o avanço das “sementes-mercadoria”, o primeiro milho transgênico resistente à herbicida foi liberado no Brasil em 2007 pela CTNBio. Era a variedade Liberty Link, da Bayer, autorizada pela comissão sem realização de audiência pública, sem a completa avaliação dos riscos da liberação comercial dessas sementes e sem realização de estudos e testes em todos os biomas brasileiros.

Assim como a maioria das mais de 50 variedades de milho transgênico já liberadas comercialmente pela CTNBio, a modificação genética na planta tornava a variedade tolerante a um herbicida, um agrotóxico. Mas esses pólens das plantas transgênicas também se disseminam pelo ar e contaminam geneticamente as sementes crioulas ou convencionais, combinando genes da planta geneticamente modificada e da crioula.

Dessa forma, uma semente que foi escolhida, separada, armazenada a partir de uma escolha das agricultoras passa a ter uma característica genética homogeneizada e modificada em laboratório que sequer é útil para as agricultoras. Por que uma agricultora teria uma planta resistente a um herbicida se não utiliza agrotóxicos? Além disso, essa mescla pode causar a “erosão genética”, em que as sementes crioulas, as sementes-alimento, perdem suas características historicamente desenvolvidas pelo trabalho humano, como a maior adaptação à seca ou

à chuva, o sabor, o rendimento, para adquirir características das sementes-mercadoria construídas pelo mercado.

A liberação das variedades de milho transgênico, mesmo com a polinização cruzada e possibilidade de contaminação genética, se deu sem qualquer norma de coexistência, isto é, de normas para o plantio de transgênicos sem a contaminação de lavouras crioulas ou convencionais.

Foi somente a partir de uma Ação Civil Pública ajuizada em Vara Federal do Paraná pela Terra de Direitos, a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) que a CTNBio foi obrigada a editar normas de coexistência.

Em 2009, a CTNBio emitiu a Resolução Normativa 04/2009, estabelecendo distância de 100 metros ou 20 metros com bordadura de 10 fileiras para isolar plantações de milho transgênico das demais. Essa é a única regra no Brasil que trata de coexistência, o que se demonstra absolutamente ineficiente para a proteção dos direitos dos agricultores familiares, camponeses e comunidades tradicionais.

Por isso uma nova Ação Civil Pública foi ajuizada em 2009 pelas mesmas entidades, inclusive apresentando o estudo Plano de monitoramento do fluxo gênico das lavouras de milho transgênico no estado do Paraná, efetivado pela Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, em Boa Esperança, comprovando a ocorrência de contaminação das lavouras de milho não transgênicas por milhos transgênicos e a insuficiência de normas administrativas. As duas ações aguardam julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Passados mais de dez anos do plantio legalizado de milho transgênico no Brasil (sem contar a entrada de sementes ilegais antes de 2007), a contaminação pelos transgênicos aos cultivos e sementes crioulas causa danos extensos aos agricultores, que perpassam pelos impactos econômicos (royalties e dependência do mercado de sementes caras modificadas), de produtividade (vez que as sementes transgênicas são homogêneas, as crioulas são adaptáveis e resistentes às variações climáticas e de cada bioma), danos culturais, de erosão genética e consequentemente os conhecimentos tradicionais dos povos, agricultoras e comunidades que cultivam variedades de milho como base alimentar e artesanal por séculos.



Os danos causados pelos transgênicos são, portanto, violências. Violência ao trabalho, violência ao saber, violência à renda dessas agricultoras. “Isso me dói, mas tenho que falar. Eu sempre fui agricultora, cuidei de sementes, algumas perdi e recuperei depois. Nessa última colheita, o milho fortuna foi contaminado por transgênico. Receber essa notícia da contaminação faz você chorar, pela perda e pela vergonha tão grande, a minha semente estava contaminada”, relata a guardiã de sementes paranaense, Dona Iraci de Lara.

Com a ausência do Estado, que acaba quase autorizando a contaminação, o ônus de tentar “preservar” suas sementes puras cabe às agricultoras. “A gente só planta o que tem certeza da origem. As minhas sementes eu mesma produzo, nas feiras agroecológicas e nos grupos agroecológicos, nós as mulheres fazemos muito a troca de sementes, mas sabendo o procedimento e a origem”, diz Iraci.

A guardiã Iraci ainda demonstra que são as agricultoras que acabam tendo que alterar os dias de plantio, para evitar a floração e a polinização diversa: “Como tem agronegócio bem do ladinho, fizemos um combinado com o proprietário que, quando ele planta, nós plantamos com diferença de tempo. Se eu planto hoje ele planta com diferença de 12 dias. Esse é um jeito, é um jeito de fazer diferentes datas de plantio. Se ele plantar direito eu seguro o meu plantio para não contaminar na floração”.

Mas, para as mulheres, a garantia da semente crioula pura não é somente a valorização do seu trabalho e de sua autonomia enquanto agricultoras, é garantir alimento saudável na sua mesa e na mesa da população da cidade.

“Eu tenho muita preocupação, porque o agronegócio está muito forte e não sei até quando vamos garantir uma alimentação saudável. Não temos uma garantia, o Estado não dá garantia para agricultores que produzem de forma saudável, não temos garantia de nada, se eu perder, perdi. O Estado quer saber de soja e algodão, e a gente quer saber de alimento, de alimento saudável, pensando na saúde, já que o mundo está tão difícil”, denuncia Iraci.

A ausência do Estado brasileiro, seja em normas protetivas, seja na realização de políticas públicas de proteção da agrobiodiversidade e em especial do apoio às mulheres guardiãs, revela, em verdade, posição não somente capitalista de mercantilização e padronização das sementes conforme escolhas do mercado, mas sobretudo uma política patriarcal e machista. Podemos perceber essa lógica em várias dimensões: o desprezo pelos conhecimentos tradicionais e pelo trabalho das mulheres, de cuidado e preservação das sementes e da vida. Impera a lógica do dano e do “mais forte”. Grandes produtores, com plantações extensivas dependentes de transgênicos e agrotóxicos, criam grandes nuvens de pólen de milho transgênico que contaminam e erodem as sementes crioulas dos territórios tradicionais e da agricultura familiar.

Os danos culturais, ambientais, econômicos e sociais causados não são responsabilizados e muito menos indenizados, com aval de uma política nacional de “antiproteção” da agrobiodiversidade.

É por isso que não podemos pensar na proteção das sementes crioulas sem pensar na promoção de uma economia feminista do cuidado, da valorização e reconhecimento dos saberes femininos na ampliação da agrobiodiversidade. É garantir que os transgênicos não apaguem nossa história. É lutar para que os danos e violências sejam reconhecidos e os múltiplos agentes responsabilizados. É lutar pela semente-alimento, que enfrenta a fome, a pobreza e resiste para a promoção da soberania e segurança alimentar às mulheres do campo e da cidade.

Naiara Andreoli Bittencourt. Advogada popular na Terra de Direitos. Mestra e Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR. Integrante da Rede Sementes da Agroecologia, do GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.



RECEITA

Bolo de fubá com erva doce

INGREDIENTES:

- 1 ovo
- 1 xícara fubá
- 1 xícara de trigo
- 1 xícara de açúcar
- 1 xícara de leite
- 1 xícara de azeite
- 1 colher de fermento
- 2 colheres de erva doce

MODO DE FAZER:

Bater tudo no liquidificador e colocar para assar.

Auto-Organização

Movimentos de trabalhadoras rurais: a autonomia de decidir o que cultivar, como produzir e estar em rede

Por Luiza Damigo

Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim deixar ser refém

– Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes
Juventude Camponesa Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Somos muitas e somos diversas. Em nossas origens, trajetórias, histórias de vida. O que nos move e une por todo país, na América Latina e no mundo, é a organização de luta por uma vida digna, sem violências, com divisão justa do trabalho, com acesso a água, terra e território, por liberdade e direito de decisão sobre nossos corpos e roçados.

A lista poderia continuar, pois caminhar junto a outras mulheres significa reconhecer nossas diferenças, alargando o espaço de diálogo e ação, diminuindo as abissais desigualdades entre nós e, dessa maneira, construindo um caminho comum. Não é uma tarefa simples, mas é a única maneira de estarmos verdadeiramente lado a lado – reconhecendo que somos diferentes, únicas, que trazemos pautas comuns e pautas próprias de nossas identidades. E essa caminhada de muitas décadas se expressa na força, na representatividade dos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras, que cresce e se enraíza nos territórios a cada dia.

Mulheres do campo e da cidade que exigem exercer o seu direito de decisão, ocupar espaços políticos, fazendo ecoar alto as suas vozes, as violências que sofrem, as demandas, necessidades individuais e comuns. Conquistando direitos básicos, como acesso a políticas públicas para trabalhadoras rurais, saúde e educação contextualizada e de qualidade, as lutas por uma vida sem violência reverberam. Sem feminismo(s) não há agroecologia.



Partindo do princípio de que a agroecologia não traz apenas um conjunto de técnicas e práticas agrícolas para a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, sem uso de insumos químicos, latifúndios e sementes transgênicas, mas que tem, fundamentalmente, em sua base, a construção de um projeto político de sociedade no qual caibam muitos mundos, diversos e complementares entre si. Isso significa que ela aponta para criação de uma nova relação com o modelo de vida atual, como cuidamos de nossos bens naturais, rumando para uma sociedade social e ambientalmente justa, economicamente eficiente e solidária. Uma perspectiva complexa e holística para a reconstrução de um mundo hoje desigual, insustentável, que visa apenas lucro e exploração.

É impossível tratar da agroecologia e de seu movimento sem trazer para o centro de nossa reflexão e ação, pois é a mudança estrutural que se busca construir cotidianamente – questões de gênero, raça e classe. Nessa corrente contínua de "sulear" as nossas referências, os movimentos autônomos femininos e feministas se apresentam como um dos pontos de sustentação dessa rede, que tem entrada por diferentes configurações.

Seja através de movimentos sociais, estudantis, entidades de base como sindicatos, cooperativas, grupos e coletivos – formais ou informais, o importante é estar em organização com outras mulheres. Foi assim com Ana Cláudia Rauber, agricultora camponesa de 31 anos, moradora do município de Cantagalo, região Centro-sul do Paraná, que começou a participar do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2017.

Para contar um pouco dessa história, é importante olhar para a trajetória do MMC, que começa ainda na década de 1980, com o início dos movimentos de mulheres em todo país, em convergência com o fortalecimento de outros movimentos organizados do campo. Fortificadas por mobilizações nacionais, as trabalhadoras rurais se articulam em movimento nacional, criando também o MMC.

"Pensando que esse é um movimento que completou 35 anos em 2019, antes teve muitos processos com movimentos organizados de mulheres em muitos estados, que tinham outros nomes desde 1983. Só em 2004 que unifica como movimento nacional e eu entro só em 2017, então, ainda tem muita coisa pra conhecer e participar do movimento", afirma a camponesa, quando reflete sobre o MMC, que defende um projeto de agricultura ecológica camponesa e feminista, com autonomia das mulheres.

Mas o que se quer dizer com isso exatamente? Para Ana, significa "que as mulheres tenham essa autonomia de decidir o que vão cultivar, a forma como vão cultivar, sempre pensando em não depender do mercado externo. Não depender de uma indústria, não depender de uma multinacional, mas que aquela semente está nas mãos das mulheres e elas têm essa escolha de plantar e de conseguir cultivar. E daí não só com relação à semente. Quando a

gente fala de autonomia tá falando de várias coisas que vão estar associadas a isso, a questão dos próprios adubos, dos defensivos naturais, tudo isso faz parte da autonomia com relação à produção de alimentos". A única maneira de construir essa autonomia das mulheres é a partir de sua própria organização.

Redes que conectam ilhas da agrobiodiversidade

Rodeada de soja, transgênica e com aplicação de altas doses de agrotóxicos em muitos casos, Ana e sua família assistem, em sua comunidade, o rápido avanço do agronegócio, que traz seu monocultivo. A destruição acelerada acarreta no contínuo êxodo das juventudes do campo para a cidade e, consequentemente, a perda de costumes e tradições, normalmente passadas pelas pessoas mais velhas às mais novas gerações.

As propriedades agroecológicas se tornam ilhas da agrobiodiversidade, oásis altamente diversificados que servem de refúgio para animais, insetos, polinizadores. A "invasão" traz consigo uma importante ponderação sobre convivência, acolhimento, as práticas de manejo. Pois, se as áreas produtivas são locais de refúgio para os animais se alimentarem e se protegerem, as próprias famílias camponesas também são ilhas de resistência a um modelo destrutivo. Essas ilhas altamente diversificadas, formadas por pessoas, animais e plantas, estão conectadas pelas redes que, por sua vez, são construídas por movimentos sociais e autônomos – de mulheres e/ou mistos.

"A gente também fica meio isolada, né, porque, no caso do movimento (MMC), as mulheres estão todas espalhadas pelo estado (do Paraná), umas no Oeste, Sudoeste e ali mais pro lado de Irati, e nós nos sentimos ilhas. E eu dizia que por mais que a gente esteja um pouco sozinha e isolada nesses espaços, na verdade nós não estamos, porque estamos em rede, estamos no movimento, direto ali conectadas. A partir do movimento também nós fazemos contato com outras redes", enfatiza Ana. Essa ação conectada por diferentes pontos e localizações engloba o acesso, a livre circulação das sementes crioulas, seguindo a tradição mantida, com muita firmeza, por dezenas de guardiãs e guardiões de sementes, que é de "cuidar, multiplicar e partilhar".

Até 2019, o espaço em que essas trocas de conhecimentos e sementes acontecia com mais força no Paraná eram as festas e feiras de sementes. A 17ª Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, realizada em agosto no município de Rebouças, reuniu mais de 4 mil participantes, 100 expositoras/es da agricultura familiar vindos de mais de 60 municípios de toda Região Sul do país. Com a pandemia, a rede de famílias guardiãs vem buscando alternativas para garantir que as ilhas continuem conectadas, semeando resistência e circulando a sua agrobiodiversidade.

Além do espaço de troca, aprendizado e diálogo com a sociedade, as festas e feiras tornam possível o acesso a novas sementes, resgate de espécies/variedades antigas, que se perderam e

incorporação de outras práticas de manejo.

Para a família Rauber, a fava de inverno é um exemplo desse resgate, e o feijão de porco, variedade usada para adubação verde, um aprendizado de nova prática de manejo, revigorando o solo e trazendo com mais força os demais cultivos. “Isso é muito importante, pensando na semente em si, mas também em todo contexto e em todo processo da agroecologia, porque é bom a gente sentir que estamos juntos de fato com outros atores que também fazem as coisas. Fortalece e dá ânimo pra continuar”, complementa Ana.

Provocada a pensar sobre a diversidade que ela e sua família guardam, foram mais de 100 espécies diferentes, umas cultivadas há décadas, outras há poucos anos. Todas sendo conservadas, para serem multiplicadas e seguirem nutrindo o ciclo virtuoso que é a vida. De feijão, milho, mandioca e abóbora são cinco variedades de cada espécie, sem contar as plantas alimentícias não convencionais (PANCs), flores, frutíferas e, assim, a lista segue crescendo.

Para Ana Rauber, o termo guardiã de sementes é algo recente. Porém, faz referência a tempos muito antigos e lembra, com carinho, de sua própria história de vida. A cultura de conservar as espécies e variedades vem da mãe, que “sempre guardava sementes dos grãos, da rama da mandioca, as sementes de hortaliças para plantar de um ano para o outro e já se tinha esse costume que vem da agricultura tradicional, principalmente das mulheres, que tinham esse cuidado e interesse. E, também, de certa forma, tinham a necessidade de guardar essas sementes para manter a sua produção, de certa forma eu já vinha com essa carga de guardar as sementes, mas não me reconhecia enquanto guardiã. E só foi mais depois, quando a gente vai entendendo tudo como funciona dentro da agroecologia mesmo, que eu passo a me reconhecer enquanto guardiã de sementes”.

O que significa ser uma guardiã, Ana? Indago ao final de nossa conversa. “Ser guardiã de sementes é algo assim que a nossa agricultura camponesa agroecológica não se faz se não tiver as sementes, então faz parte da nossa autonomia. A gente vem construindo essa autonomia com relação ao mercado externo, então guardar sementes é a efetivação dessa autonomia, porque a gente busca quanto menos coisas virem de fora e ter sementes que sejam mais adaptadas às nossas condições, a gente entende isso como autonomia. Então ser guardiã de sementes contribui para essa autonomia e também é uma coisa para manter essas sementes, para conservar elas – não para conservar em bancos de germoplasma, mas de fato conservar num ambiente em que elas sejam cultivadas, conservadas e multiplicadas e depois distribuídas para que depois outras pessoas e outros camponeses e camponesas tenham acesso a essas sementes.”

Luiza Damigo. Comunicadora e agroecóloga, assessora técnica na AS-PTA Programa Paraná. Integrante da Rede Sementes da Agroecologia, GT Comunicação e Cultura Popular da Associação Brasileira de Agroecologia e Coletiva de Comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia.

Dicas para conservação da agrobiodiversidade

Por Ana Claudia Rauber, Cantagalo (PR)



Trazemos um produto muito importante utilizado na agricultura camponesa e que praticamente todas tem em casa: **cinza de fogão**. Ela pode ser utilizada em várias etapas da produção agroecológica, veja algumas dicas abaixo. Como parte dos conhecimentos tradicionais, as receitas não tem quantidades precisas e são "de olho", sempre com muita atenção.

Conservação das sementes

Usamos a cinza para conservar e proteger as sementes crioulas do ataque de carunchos.

Misture a cinza às sementes e engarrafe, retirando o máximo de ar possível do recipiente. A cinza torna o ambiente mais seco e impede que os carunchos se desenvolvam.

Outras possibilidades para conservar as sementes: misture pimenta malagueta seca e moída, folha de eucalipto ou casca de laranja seca nas garrafas com as sementes.

Peletização das sementes

Usamos a cinza como parte do processo de peletização.
Deixe as sementes de molho em água ou chá de alguma planta medicinal, como camomila, por uns 40 minutos. Escorra as sementes e passe em uma mistura de cinza com um pouco de farinha de trigo.

Controle biológico

A cinza também pode ser usada para eliminar lesmas e caracóis.
Despeja, nas leiras de palhadas, um pouco de cinza. Ela matará os animais e os ovos, impedindo que se proliferem.

Inseticida para controle de pulgão

Misture um punhado de cinza em 1 litro de água. Deixe passar a noite.
Depois dilua em uns 5 litros de água e aplique nas plantas atacadas.

Cinza como fertilizante

Coloque uma camada fina na esterqueira, entre as camadas de esterco e palhada. Isso ajudará na troca de nutrientes e vigor no crescimento das plantas.

Guardiãs Urbanas



Guarda das sementes nas cidades: contextos territoriais e convergências no espaço urbano

Por Luiza Damigo

A produção de alimentos no contexto urbano sempre esteve presente, seja em maior ou menor escala, maior ou menor diversidade e quantidade. Para consumo próprio, em pequenas hortas domésticas, principalmente com seus temperos e plantas medicinais ou, mais recentemente, em espaços coletivos, públicos, geridos de forma comunitária e muitas vezes autônoma. Em cidades grandes e no interior.

Como consequência do êxodo rural ao longo das décadas passadas, as famílias que chegavam nas cidades grandes – e suas regiões metropolitanas – traziam consigo sementes, mudas e a cultura do plantio, para alimentação e promoção da saúde. E, cada vez mais, o debate sobre a agroecologia e a agricultura urbana se apresenta como saída na e para a construção de outras relações com o espaço que vivemos. Apresenta também questões específicas sobre as diferenças entre os contextos territoriais e as muitas convergências entre campo e cidade.

Dentre as muitas provocações que permeiam os desafios e potencialidades do contínuo desenvolvimento das práticas agroecológicas na cidade, que são próprios dos territórios, podemos elencar a especulação imobiliária, o acesso à terra e à água de qualidade e em quantidade suficiente para a produção.

Surgem reflexões sobre a importância de conservar e multiplicar as sementes nos espaços urbanos: qual lugar ocupam? Quais processos cumprem e quais necessidades atendem? Há reconhecimento, das próprias mulheres e da sociedade, em ser uma guardiã ou agricultora urbana? A riqueza das experiências nos mostra que sim.

Articuladas em grupos, coletivos e associações, organizadas em nível municipal ou estadual, a especificidade do trabalho das mulheres que se encontram no contexto urbano, vindas do campo ou não, transforma vidas. Delas, de suas famílias e das pessoas e comunidades que estão ao seu redor.

Conectada através das experiências – plurais e ativas entre si – a ideia de "plante comida em todo lugar" cresce. A guarda, conservação e multiplicação de sementes, mudas e reprodução de toda forma de vida é atravessada por ela.

Para Ana Andreia Jantara, agricultora urbana e guardiã de sementes de Palmeira, interior do Paraná, é algo que "independente do (espaço) que tem, se é pequeno, se é grande, dá certo, todos

deveriam abraçar, porque é possível. Aquele pouco vou passar para quem tem espaço maior e assim um círculo se forma".

Guardiã de mais de 70 variedades de sementes, em seu pequeno espaço urbano maneja hortaliças, flores, milho e feijão, construindo o próprio banco de sementes em casa. Entusiasta do fortalecimento de grupos de trabalho entre mulheres, faz parte do Coletivo Triunfo desde 2008, que integra guardiãs e guardiões e atua pela conservação da agrobiodiversidade na região Centro-Sul e dos Campos Gerais no Paraná.

Suas raízes remetem à tradição camponesa da família. Em uma história já conhecida, ela foi para a cidade estudar e trabalhar, mas afirma, com satisfação no olhar, "nunca abandonei minhas raízes, a prática de cultivo, porque acho muito importante isso, a aproximação das pessoas".

O número de espécies e variedades conservadas aumenta a cada feira e festa de sementes que frequenta e que se encontram suspensas devido à pandemia de Covid-19. De uma das feiras, chegou o milho preto boliviano, apenas seis sementes. Delas, a multiplicação. Seis sementes que viraram seis pés, com 14 espigas. E, dessa forma, a variedade é conservada e partilhada com outras pessoas. O milho preto boliviano "veio de uma feira de Laranjeiras do Sul, pois sabiam que eu era guardiã e as recebi com a missão de multiplicar. No terceiro ano em diante que consegui começar a partilhar, tem uns cinco anos que estou com ele. É um sentimento de que dá certo, que você consegue fazer", reforça Andrea.

Espaço de diálogo e troca de conhecimentos, as feiras possibilitam que a cultura se mantenha e se fortaleça, estreitando os vínculos, alargando a rede. E não apenas das sementes, mas também de mudas e ramas, sempre partilhadas com outras guardiãs e guardiões de todo estado.

Plantando mudas, transformando vidas

Processo parecido ocorreu com Maria da Luz Julianotte, multiplicadora de mudas de plantas medicinais de 67 anos, moradora de Francisco Beltrão, região Sudoeste. Assim como Andrea, Dona Maria viveu no campo até os oito anos, quando migrou com sua família para a cidade.

Seu maior prazer é trabalhar com as plantas medicinais e hortas comunitárias, compartilhando o espaço da Associação Marrecas Bem-Estar Menor (AMARBEM) com um grupo de nove mulheres. No espaço cedido pela associação, Dona Maria organiza a produção de mudas e ajuda nos canteiros, desenvolvendo o trabalho com as medicinais desde 2013.

Remédio, para Dona Maria, vem da natureza, uma farmácia viva repleta de aromas, sabores, cores, sentidos. Folhas, flores, caules, raízes. Partilha seu profundo conhecimento sobre o poder das plantas medicinais de

maneira simples, ensinando a quem tiver interesse como multiplicar uma muda, quais os melhores horários para colheita, orientações de uso.

O importante é apoiar quem está ao lado e aprender em conjunto, conta rememorando a sua infância, em que aprendeu com a mãe o gosto pelos chás, pelas medicinais. “Eu uso bastante as plantas medicinais, pra mim, para o vizinho, pra doar para as pessoas quando elas me pedem. Então a minha função é plantar as mudas, mudar, plantar, preparar”. A importância da manutenção desses espaços é a aprendizagem, a troca de saberes – populares e acadêmicos, a vivência entre diferentes gerações.

Arruda, milagre, cidreira, funcho, poejo, alfavaca cravo, melissa e tantas outras espécies que transformam vidas, “até mais que comprimido”. Para ela, o trabalho com as verduras, frutíferas e plantas medicinais “é tudo a mesma coisa”, pois promove saúde do corpo, alimenta a alma e nutre os pensamentos, mantendo as pessoas e comunidades ativas, em rede.

Vindas de contextos territoriais distintos, conservando e multiplicando espécies diferentes, o que conecta as histórias de Andrea e Dona Maria? A organicidade das redes e das experiências, que atuam no estímulo ao desenvolvimento, na continuidade de práticas agroecológicas, como a guarda das sementes, mudas e raízes no contexto urbano, seja em grandes capitais e regiões metropolitanas ou em cidades menores.

As duas ressaltam o crescente interesse da população de grandes centros urbanos em relação à conservação das sementes crioulas, à multiplicação das mudas, em como produzir um alimento saudável nos espaços de que dispõe – em muitos casos pequenos. “De onde vem o milho da pipoca?”, questionam nas feiras.

A preocupação com uma alimentação sana, sem uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, com utilização de práticas que fujam do pacote tecnológico que violenta e extermina espécies crioulas, povos e culturas inteiras torna-se cada vez mais presente. As guardiãs escutam, a todo momento, “mesmo sem ter espaço vou plantar isso na minha floreira, o milho pipoca que minha vó estourava, eu vou ter também”.

E isso é um fato a ser muito celebrado! Que possamos nos reterritorializar, reconstruir nossas relações com a terra – seja no campo ou na cidade.

Independentemente do espaço que se está, o “amor pelas sementes é o mesmo, o que diferencia a gente (entre ser uma guardiã urbana ou rural) é o espaço que temos para multiplicar suas variedades, porque o amor é o mesmo”, incentiva Andrea para que outras mulheres se tornem também guardiãs.

Luiza Damigo. Comunicadora e agroecóloga, assessora técnica na AS-PTA Programa Paraná. Integrante da Rede Sementes da Agroecologia, GT Comunicação e Cultura Popular da Associação Brasileira de Agroecologia e Coletiva de Comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia.

RECEITA

Bolo de fubá

INGREDIENTES:

- 2 xícaras de Fubá
- 6 colheres de trigo
- 200 ml de leite
- 3 ovos
- 1 xícara de açúcar
- 2 colher de manteiga
- 1 colher de fermento

MODO DE FAZER:

Em um recipiente coloque os ovos, a manteiga e o açúcar e bata. Depois acrescente o fubá e o leite. Bata até a massa ficar fofinha. Por último acrescente o fermento, mexa levemente Dê preferência para usar uma colher de pau.
Unte uma forma média e enfarinhe.
Asse em temperatura média por 20 minutos ou até a massa ficar dourada.
Dica: antes de colocar para assar coloque pequenos pedaços de goiabada na massa.

Bom apetite!



RECEITA

Cará moela refogado

por Ana Andreia Jantara, guardiã de Palmeiras (PR)

- Descasque 500gr de Cará e pique em pequenos cubos
- Coloque em uma frigideira com um pouco de água e azeite de oliva
- Refogue até que fique macio
- Adicione tempero verde e sal a gosto
- Refogue durante mais três minutos
- Sirva quente e bom apetite!

É uma planta versátil, se adapta fácil ao clima frio ou quente, pode ser plantada em diferentes tipos de terra, seja argilosa ou mais arenosa, não exige muita água e de fácil reprodução. Além de alimento, é uma planta medicinal excelente, com uso indicado para quem tem problemas no estômago e cicatrização, utilizando seu visgo.

Guardiãs e Políticas Públicas

"Elas": *As mulheres, as sementes e as políticas públicas construindo a Soberania Alimentar e transformando vidas no Paraná*

Por Islandia Bezerra

Este texto tem o desafio de problematizar questões que envolve "ELAS" – as mulheres, as sementes e as políticas públicas – e sua contribuição para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional no Paraná.

Localizando "ELAS" no tempo, no espaço e no cenário pandêmico

Este ano de 2020 ficará na história! Os registros sobre a pandemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 (SARS CoV-2) mais conhecida por Covid-19 (ou coronavírus) certamente ocupará um importante acervo histórico. Os impactos nas vidas das pessoas, sejam sociais, econômicos, culturais, ambientais e também alimentares já são/serão imensuráveis. É bem verdade que ao longo dos últimos anos outras crises ocorreram. Mas também é verdade que a atual crise sanitária, que também é uma crise civilizatória, já que nos coloca como sociedade em situação de vulnerabilidade, deu visibilidade a um sistema alimentar de produção industrial que destrói a sociobiodiversidade com as práticas de desmatamentos, queimadas, exploração mineral, patenteamento de sementes, contamina águas, ar e solo, adoece e mata natureza e pessoas.

Cabe ainda destacar que são as mulheres que dedicam a maior parte do seu tempo aos cuidados domésticos e familiares. No caso das mulheres rurais engajadas (ou não) na agroecologia, essa condição chega a ser ainda mais desigual, pois, além das atividades de dentro de casa (limpar, cozinhar, cuidar de crianças, orientar tarefas escolares, se ocupar de pessoas idosas e/ou com alguma enfermidade, entre outras) essas mulheres trabalham fora da casa (no cuidado com os animais, na



manutenção da produção de alimentos seja na conservação e/ou no resgate de sementes crioulas, seja no cotidiano da roça, da lida no campo, na higienização e processamento de alimentos.

Algumas ainda assumem funções burocráticas dos espaços que ocupam (associações rurais, cooperativas e/ou outros coletivos). Segundo informações da Organização das Nações Unidas - Mulheres (ONU-Mulheres, 2020), antes mesmo da pandemia, as mulheres já realizavam o triplo das tarefas domésticas e de cuidados não remunerados, quando comparadas aos homens. Certamente, agora, o quadro deve ser outro.

Já em relação às mulheres urbanas – e novamente é fundamental trazer à análise o recorte de raça e classe – é importante destacar que uma parcela significativa delas chefia suas famílias, condição que as tornam ainda mais expostas à contaminação pela Covid-19 e, portanto, mais vulneráveis. É importante mencionar ainda que, nas cidades (mas também nos campos e nas florestas), são as mulheres que assumem grande parte dos trabalhos informais. Numa situação de crise, a redução da atividade econômica (prestação de serviços como cuidados e limpeza, comércio informal, entre outros) e de subsistência causa um efeito imediato na aquisição de itens de primeira necessidade (alimentos, água, energia, transporte, entre outros). Ainda segundo o documento da ONU-Mulheres (2020), também são as mulheres que detêm um percentual significativo da ocupação dos trabalhos formais no setor da indústria, serviços e comércio de vários centros urbanos e, em condição de isolamento social/quarentena e/ou distanciamento físico, tais setores são fortemente afetados pela diminuição de suas atividades, resultando em dispensas (com ou sem remuneração) ou mesmo em demissões.

Segundo a carta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) à sociedade brasileira, Covid-19 e seu impacto na sociedade: "A pandemia da Covid-19 se instaura em meio a uma crise climática sem precedentes, associada a um movimento intensivo de destruição da biodiversidade e de desestabilização dos processos ecológicos que sustentam a vida no planeta". Concordando com essa afirmação, destaca-se que no atual cenário político, que infelizmente intensifica os processos de desmonte das políticas públicas, tem havido transformações nas vidas de muitas pessoas, especialmente das mulheres.

As políticas públicas nas vidas das guardiãs de sementes

O protagonismo das mulheres na agroecologia, assim como na transição agroecológica, se dá em vários territórios e em distintos "campos de batalha" e sua atuação é, de fato, transformadora no campo das sementes crioulas. Seja no resgate, seja na manutenção das sementes crioulas, o trabalho das mulheres tem sido fundamental para sacudir a inércia da sociedade sobre um tema que é vital: a soberania alimentar.

O estado do Paraná é por definição econômica uma "potência" agrícola e agroexportadora. E, por esse motivo, abordar a questão da soberania alimentar e, mais especificamente, o tema das sementes crioulas, é algo ainda mais desafiador já que há no estado ações concretas de violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Ou seja, comer bem, se alimentar e se nutrir com comida de verdade, culturalmente referenciada, com comidas/preparações que tragam a dimensão do simbólico, tem sido cada vez mais difícil. Daí a importância de termos elementos "disparadores" que possam estimular movimentos que transformam as vidas nos e dos territórios. Aí, é que entram em cena as políticas públicas.

Os melhores exemplos são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, ainda que traga o termo programa, na verdade é uma política. Acessar os mecanismos que operacionalizam as políticas públicas, em geral, não é algo simples. Especialmente para o público da agricultura familiar e camponesa, e menos ainda, para as mulheres agricultoras camponesas e guardiãs de sementes.

Ao disputar o acesso às políticas públicas, especialmente a partir dos seus saberes e práticas tradicionais na manutenção e/ou no resgate de sementes crioulas, as mulheres passam a ter seu trabalho visibilizado e reconhecido e esse fato demonstra a sua real contribuição econômica para a preservação e manutenção da agrobiodiversidade. Mas, não apenas isso – como se fosse pouco, simples ou fácil fazer tudo isso! Existem outros ganhos imensuráveis: ao protagonizarem tais processos, as mulheres também (se) constroem como sujeitas ativas e participativas de processos decisórios, seja em casa, seja no território! Ao gerarem renda monetária, e assim serem agentes e gestoras de suas vidas, de suas escolhas (e de suas contas bancárias), as guardiãs de sementes também buscam gerir elas mesmas... Não temem ou se constrangem por compartilhar seus saberes e dúvidas.

De fato, as mulheres se fortalecem, crescem e se apoderam frente às situações adversas. No entanto, a transformação necessária nesse sistema alimentar tóxico, bem como das relações das pessoas com elas mesmas e delas com a natureza, não terá êxito se não incorporarmos cotidianamente nas nossas práticas, o lema "Sem feminismo não há agroecologia".



Claro que as ações, coletivas ou individuais, têm essa capacidade transformadora. Porém, é com a criação e implementação de políticas públicas, voltadas a atender as dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) – de produzir, colher, distribuir, comercializar, processar/beneficiar, de comer (e alimentar) – que temos condições de, concretamente, expulsar e deixar longe o flagelo da fome e assim garantir, minimamente, uma vida digna com acesso a comida de verdade.

Com o apoio da Rede Sementes da Agroecologia (ReSA) e também das organizações que integram a ReSA que acolhem as guardiãs de sementes crioulas, essas mulheres vêm transformando suas vidas e seus territórios debatendo nos seus cotidianos o Ser Guardiã. O Ser Mãe. O Ser Agricultora, Camponesa. O Ser Mulher!



Em tempos de pandemia, ganha força o exercício e a pratica de refletir e sobretudo dar concretude ao que se concebe por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia, aliado ao princípio do Direito Humano à Alimentação adequada, entrelaçando aspectos sociais e culturais, principalmente em termos do cuidar de si, do se alimentar e alimentar aos demais. Isso porque são as ações e atitudes do cotidiano que, em alguma medida, podem interferir no processo de reflexão e/ou transformação.

Assim, se é para refletir – mesmo com suas particularidades e realidades de vida, seus territórios e suas condições de acesso aos espaços decisórios – são "ELAS" (somos nós) que estão, dia após dia, enfrentando essas desigualdades e gerando expectativas de um mundo melhor, mais justo, solidário e equânime.

Islandia Bezerra é mulher, mãe, pesquisadora extensionista, professora de Nutrição da UFPR e presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)

